

## EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEIO DE INCLUSÃO

Ana Clara Cassimiro Nunes  
Sarah Rubhânia Machado da Costa Moraes  
Gertrudes Nunes de Melo  
Pamela Karina Gois  
Giulyanne Maria Silva Souto

### Área temática: Educação Física

#### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como as pessoas com deficiência estão sendo tratadas no ambiente escolar, especialmente no Instituto Federal da Paraíba - IFPB, a partir de documentos legais do Brasil e dos que foram criados no Instituto. Esta é a primeira fase de um projeto de pesquisa em andamento que almeja avaliar a relação entre docência e inclusão nas aulas de Educação Física, o mesmo tem como instrumento um questionário para discentes com deficiência e os docentes relatarem suas percepções acerca da inclusão no IFPB – *Campus Sousa*. Para esta pesquisa, fez-se um levantamento bibliográfico de leis e documentos do Brasil, como também do IFPB como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e resoluções que aprovaram o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Plano de Acessibilidade, todos estes no ano de 2015. Dessa forma, pôde-se concluir que apesar das fragilidades percebidas, muitas vezes não relatadas no sistema educacional brasileiro de forma oficial, as pessoas com deficiência têm amparos de diversas leis que promovem igualdade e asseguram a permanência do estudante com deficiência no ambiente escolar, todavia é perceptível que há muitos problemas em torno da inclusão efetiva dessas pessoas na escola. Quanto ao IFPB, seus documentos também buscam a promoção de igualdade e acolhimento as diferenças, mas é necessário que isso seja avaliado na prática, o que compreende a segunda parte do projeto de pesquisa que está sendo realizado.

**Palavras-chave:** Discente. Legislação. Docência.

#### PHYSICAL EDUCATION AS A MEANS OF INCLUSION

#### ABSTRACT

This study aims to analyze how people with disabilities are being treated in the school environment, especially at the Federal Institute of Paraíba - IFPB, based on legal documents from Brazil and those created at the IFPB. This is the first phase of an ongoing research project that aims to assess the relationship between teaching and inclusion in Physical Education classes, using a questionnaire for students with disabilities and teachers to report their perceptions about inclusion in the IFPB - *Sousa Campus*. For the research in question, a bibliographic survey of Brazilian laws and documents was made, as well as of the IFPB as the Institutional Development Plan (PDI) and resolutions that approved the Support Center for

People with Specific Needs (NAPNE) and the Accessibility Plan, all of these in the year 2015. Thus, it can be overcome that despite the perceived weaknesses, often not reported in the Brazilian educational system in an official way, as people with disabilities are covered by several laws that promote equality and ensure permanence of students with disabilities in the school environment, however it is noticeable that there are many problems surrounding the inclusion of these people in school. As for the IFPB, its documents also seek to promote equality and acceptance as differences, but it is necessary that this be evaluated in practice, which comprises the second part of the research project that is being carried out.

**Keywords:** student. Disability. Legislation.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a sociedade tem modificado a relação com as pessoas com alguma deficiência e estas são observadas no âmbito educacional. Atualmente, busca-se a inclusão no meio escolar ao garantir a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Oferecer um tratamento igualitário para todos os brasileiros na escola consiste em direito estabelecido nas leis do país. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 define a Educação como direito de todos, garante pleno desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Estabelece ainda a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Ademais, esclarece que é dever do Estado a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 1988).

Em conformidade com esses princípios e orientações legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9394/96) apresenta-se como legislação que regulamenta o sistema educacional público e privado do Brasil, compreendendo da educação básica ao ensino superior. Esta lei ampara a inclusão como parte integrante da proposta de ensino regular no Brasil. A lei destaca, em seu Art.4º, parágrafo III a importância do atendimento educacional especializado, que deve ser disponibilizado de forma gratuita aos estudantes com necessidades específicas na rede regular de ensino do país (BRASIL, 1996).

Ainda em se tratando da LDB, seu artigo 58 retrata a educação especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Dessa forma, apresenta à sociedade a efetiva necessidade de ampliação de possibilidades de atuação com relação ao público mencionado neste projeto.

Nesse sentido, o IFPB destaca-se enquanto instituição de ensino preocupada com o atendimento aos estudantes e servidores com necessidades específicas, tendo instituído, formalmente, uma política interna de atendimento a partir do ano de 2008, através da Portaria nº 019/2008 que criou o NAPNE e o Programa Educação Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TECNEP) (BRASIL, 2008).

O IFPB – *Campus* Sousa do, destaca-se pela assistência oferecida aos alunos que possuem alguma deficiência por meio do desenvolvimento de uma política de inclusão do estudante. O NAPNE, trata-se de uma dessas políticas que reserva um setor próprio que tem

por objetivo garantir a acessibilidade dos alunos com necessidades educacionais específicas, dar suporte metodológico ao corpo docente e orientar os pais no processo de inserção familiar. Atua na tríade instituição-aluno-sociedade de forma a equacionar possíveis conflitos que venham a criar barreiras no processo de inclusão tanto do aluno ingresso quanto do egresso.

Ressalta-se que a inclusão em todos os âmbitos ainda é uma tarefa árdua, pois sabe-se que há discussões sobre a não-exclusão, ressalvas de acolhimento sincero, de afeto e de amor, principalmente voltadas para a educação, porém as iniciativas ainda estão tímidas, uma vez que tem-se a percepção de que é necessário, mas não há a ação (SOLER, 2009). Todavia, é perceptível ainda que o profissional de educação física não tem muita dimensão de sua atuação, ficando preso em suas atividades, reproduzindo movimentos sem enxergar a diversidade humana. Assim, esquece-se daquele menos habilidoso, pessoa com deficiência ou não, e que, antes de qualquer coisa, esse ser é um cidadão e é assegurado pela lei.

A inclusão dos estudantes com deficiências consiste numa temática emergente mediante os avanços na área e a complexidade do tema no âmbito nacional. O *Campus Sousa* possui um dos maiores quantitativos de alunos com deficiência do IFPB e quanto maior a compreensão desta realidade amplia-se a possibilidade de desenvolvimento de ferramentas didáticas para um melhor aprendizado. Observa-se que o atendimento especializado da instituição se apresenta de forma exitosa em diferentes casos, entretanto a realidade do *Campus* suscita novos desafios aos docentes nas diferentes disciplinas e à comunidade escolar.

Diante disso, este estudo trata-se de um projeto em andamento realizado no *Campus Sousa*, o qual é dividido em três fases de desenvolvimento, sendo a primeira baseada em uma revisão literária acerca do papel do professor de Educação Física na inclusão partindo de documentos legais; a segunda que remete a coleta de dados sobre a percepção dos discentes e docentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência no IFPB – *Campus Sousa*; e por último a descrição desses dados. Para o presente estudo, os resultados serão baseados apenas na primeira fase descrita, emergindo discussões importantes acerca da relação entre docência e inclusão no ambiente escolar baseado nos documentos legais que regem o sistema educacional voltado para as pessoas com deficiência, dando ênfase principalmente ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de um projeto de pesquisa em andamento desenvolvido no IFPB – *Campus Sousa*. Este foi submetido e aprovado sob o número CAAE 36732720.0.0000.5185 pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFPB, conforme a Resolução 466 que regulamenta este tipo de estudo.

A população do projeto será composta por estudantes com deficiências e docentes de Educação Física dos cursos médios integrados do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus Sousa*. E a amostra consistirá em 20 estudantes que possuem alguma deficiência regularmente matriculados e 7 professores que lecionam a disciplina de Educação Física.

O instrumento a ser utilizado na segunda fase do projeto será um roteiro de entrevista semiestruturado a ser elaborado para esta pesquisa acerca do tema influência do professor na inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física. A base para elaboração do

instrumento foi a teoria relacionada ao tema e o mesmo será submetido a um processo de avaliação por especialistas e adaptação antes da coleta de dados (estudo piloto). Após isso os dados serão analisados com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1998).

Nesta primeira etapa, descrita no presente estudo, será apresentado pesquisas e documentos legais que embasam o papel do professor de Educação Física na inclusão e os direitos das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Além disso, analisou-se o PDI do IFPB e o Projeto Político Pedagógico do *Campus* Sousa para identificar como a instituição em questão almeja tratar a inclusão de pessoas com deficiência.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao longo dos anos, a relação entre as pessoas com deficiência e a escola foi construída a distância, isso porque o processo de exclusão no sistema educacional é histórico, marcado principalmente pela evasão dos alunos que compõem a escola brasileira, e daqueles que nem sequer chegam a ela como é o caso de muitas pessoas com deficiência.

Ademais, as relações sociais em torno deste público são caracterizadas por uma ambivalência vivida todos os dias, isto é, as pessoas com deficiência têm seus direitos e sua dignidade garantida, o que as torna membros da sociedade, mas por outro lado são marginalizadas e afastadas do convívio social (LE BRETON, 1993). Neste caso, inclui-se o ambiente escolar, que por diversas vezes se apodera da falta de investimento em estruturas e a dificultosa capacitação profissional como justificativa para não aceitar as pessoas com deficiência no ensino regular.

O fato é que mesmo com todas as dificuldades, o Brasil tem tentado evoluir numa perspectiva normativa por meio de decretos, resoluções, criação de estatutos e políticas que auxiliem a demanda necessária para as pessoas com deficiência estarem na escola e participarem efetivamente dela através de um ensino de qualidade. Nesse quesito, destaca-se o Estatuto do deficiente juntamente da Lei de Inclusão da Pessoa com deficiência nº 13.146/2015, visando assegurar e promover condições de igualdade entre os indivíduos (BRASIL, 2015). No âmbito da educação, essa lei afirma direitos garantidos pela Constituição de 1988 e atribui como dever da família, do Estado, da comunidade escolar e da sociedade uma educação de qualidade às pessoas com deficiência.

Com vista a atribuição dessa educação de qualidade, a lei citada acima afirma ideias do Decreto 7.611 de 17 de dezembro de 2011, o qual compreende um avanço na Política de Educação Especial ao fazer com que a oferta dessa modalidade aconteça preferencialmente no ensino regular, juntamente do suporte com atendimento especializado caso necessário (BRASIL, 2011). Para isso, almeja-se no Art. 28., inciso II e III da lei nº 13.146/2015 o:

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015, p. 20).

É válido ressaltar, além da luta pela permanência, a preocupação em fazer com que as pessoas com deficiência participem e aprendam independente das limitações e barreiras. Assim, o amparo a formação e capacitação dos professores nesse âmbito também é citado, atribuído no inciso X, por meio da:

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2015, p. 20).

A conjuntura do IFPB, por sua vez, se assemelha aos ideais acima. No seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é adotado como princípios de suas ações o respeito às diferenças e a inclusão (IFPB, 2015a). Também em 2015, o instituto aprovou a criação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, cujo objetivo é promover a cultura da educação para convivência, aceitação a diversidade e a inclusão de todos, eliminando barreiras educacionais, atitudinais e arquitetônicas na instituição.

Ainda no mesmo ano, a Resolução n° 240 resolveu aprovar o Plano de Acessibilidade no âmbito do Instituto Federal que além de assegurar a inclusão, corrobora para a formação dos licenciandos ao tornar obrigatório disciplinas como Libras e Educação Inclusiva nos currículos (IFPB, 2015b). Dessa forma, é possível incentivar desde a formação a necessidade de um trabalho que adapte, flexibilize e ressignifique práticas pedagógicas para inserir as pessoas com deficiência no ambiente escolar, como também promover sua permanência e participação. Além disso, o instituto ainda prevê editais das áreas de ensino, pesquisa e extensão com reserva de 10% das vagas voltadas para projetos com foco na Educação Inclusiva.

No que diz respeito às práticas corporais, a lei 13.146/2015 ainda prevê:

III – assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 28).

No ambiente escolar, a disciplina da Educação Física vem conquistando espaço pelo fato de trabalhar vários aspectos no aluno, com essas abrangências a mesma foi ousada em abraçar o campo da inclusão de pessoas com deficiência (GREGUOL; COSTA, 2013).

No entanto, embora não existam dados oficiais, os alunos com deficiência não têm oportunidades de estarem incluídos nas aulas de Educação Física, problema originado principalmente devido alguns profissionais não terem um enriquecimento e, por consequência,

não buscarem metodologias que se adaptem à realidade desses alunos. O resultado disso são casos de exclusão das práticas corporais, usando como pretexto a “garantia da integridade física”. Dessa forma, não é suficiente que as leis garantam a inclusão dos alunos com deficiência, tem-se que capacitar os professores para atender o aluno, acolher sua individualidade biológica, e incluí-los no coletivo (SILVA, 2001).

Chicon (2015) relata que a escola construiu um espaço de homogeneização de resultados obtidos com fichas médicas, pedagógicas, testes psicológicos, entre outros, e a partir disso as crianças eram classificadas como aptas e não aptas. Nesse caso, as pessoas classificadas como não aptas, quando tinham espaço eram segregadas, o que não se diferencia de alguns modelos atuais e do que é vivenciado no século XXI nas práticas sociais relacionadas às pessoas com deficiência. Essa realidade também se assemelha as tendências vivenciadas ao longo da história da Educação Física, que classificavam as pessoas como mais habilidosos e os menos habilidosos.

No IFPB – *Campus Sousa*, por sua vez, há o curso de Licenciatura em Educação Física, que foi criado em 2013, e tem até o momento quatro turmas formadas. Com uma carga horária mínima de integralização de 3620 horas, a matriz curricular, recentemente mudada, consta apenas com três disciplinas que abrangem a educação inclusiva, sendo elas: Educação Física Escolar Adaptada (80 horas), e com carga horária de 40 horas cada, as disciplinas de Libras I e II (IFPB, 2017).

Mediante isso, considerando que a escola é um lugar plural e que o licenciado em Educação Física irá lidar com essa pluralidade em suas aulas, é alarmante ter em sua formação apenas três disciplinas voltadas exclusivamente para a inclusão de pessoas com deficiências e necessidades específicas, fato que justifica o despreparo dos profissionais que tanto poderiam contribuir na vida de alunos e indivíduos, e reitera a importância de uma formação amplamente discutida, como também a estruturação de uma Educação Física Inclusiva do ponto de vista acadêmico e profissional (GREGUOL; COSTA, 2013).

Por fim, mesmo diante de todas essas dificuldades, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) afirmam a relevância da inclusão, sendo que a “Educação Física escolar deve dar prioridade a todos os alunos para que possam desenvolver suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos” (BRASIL, 1998, p. 24).

#### 4 CONCLUSÕES

Diante do exposto, as pessoas com deficiências são amparadas por diversas leis que preveem uma igualdade entre todos, no entanto, no cotidiano nem sempre elas conseguem sair do papel e promover a inclusão pregada.

Na escola, mais especificamente no componente curricular da Educação Física, construiu-se um contexto excludente, que privilegiava os mais habilidosos e esquecia-se dos demais. Atualmente, o que é buscado dentro dessa disciplina é afastar os olhares dessa narrativa e desconstruir tais padrões impostos a partir de novas mudanças e novas percepções, fazendo-se o professor um agente inclusivo nessa luta.

Apesar das dificuldades das escolas brasileiras em estrutura e atendimento especializado para auxiliar o corpo docente a atuarem junto às pessoas com deficiência no ensino regular, o IFPB se contrapõe a essa realidade tão comum no Brasil, e destaca-se com propostas bem

embasadas no seu PDI para assegurar a permanência das pessoas com deficiência em suas dependências, como também oferta capacitações para os professores e atendimento especializado. No âmbito da formação no curso de Licenciatura em Educação Física, observam-se alguns avanços para a inserção de novas formas de abordar a inclusão e meios para praticá-la no ambiente escolar.

Ao longo deste estudo e a partir da realização da coleta de dados e sua discussão espera-se verificar se a inclusão prevista na legislação e nos documentos normativos estão sendo executadas no IFPB – *Campus Sousa*.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 1988.

BRASIL, **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto D, v. 7611, 2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto D, v. 7611, 2011). Acesso em: 9 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. **Lei 9394/96–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 9 nov. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. **Portaria nº 019/2008**, que institui o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) por meio do Programa Educação Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais (TECNEP). Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/sousa/assistencia-estudantil/napne/napne>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CHICON, J. F. Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 14, n. 1, p. 13-38, 2008.

GREGUOL, M. G.; COSTA, R. F. da. **Atividade física adaptada a qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 3. ed. Barueri, SP: Manoela, 2013.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Artigo 16 do Decreto nº 5.773. João Pessoa: Conselho Superior, 2015a. Disponível em: [http://editor.ifpb.edu.br/institucional/pdi/PDI\\_2015\\_2019.pdf/view](http://editor.ifpb.edu.br/institucional/pdi/PDI_2015_2019.pdf/view). Acesso em: 10 nov. 2020.

IFPB. **Projeto Pedagógico de Curso:** Licenciatura em Educação Física. Sousa, PB: IFPB – *Campus Sousa*, 2017.

IFPB. **Resolução n° 240, de 17 de dezembro de 2015.** João Pessoa: Conselho Superior, 2015b. Disponível em:  
<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-240/view>.  
Acesso em: 10 nov. 2020.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo.** 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SILVA, R. da. **O processo de integração da pessoa portadora de deficiência mental no ensino regular municipal de Florianópolis.** Porto Alegre, 2001.

SOLER, **Educação física inclusiva:** em busca de uma escola plural. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.